

Entrevista com Eloisa Benvenuti de Andrade

Eloisa Benvenuti de Andrade é autora do livro *Corpo e Consciência: Merleau-Ponty, crítico de Descartes*. Doutorou-se em Filosofia com a tese "Corpo, Sensível e Natureza na última ontologia de Merleau-Ponty". É pesquisadora responsável do Laboratório de Filosofia Francesa Contemporânea da Unifesp (LffC) e pesquisadora associada do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). Docente de Filosofia da Faculdade Cásper Líbero e da Rede Pública Estadual de São Paulo. Atualmente realiza Pós-doutorado junto ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com pesquisa intitulada "Ética, liberdade e alteridade na Filosofia de Simone de Beauvoir". Sua pesquisa na área de Filosofia Contemporânea - e sua produção científica incluem temas como ontologia, fenomenologia, feminismo, ética animal e anarquismo.

Ensaios Filosóficos: Gostaríamos de agradecer-lá por conceder esta entrevista. Suas pesquisas em filosofia contemporânea compreendem fenomenologia, ontologia, feminismo dentre outros interesses. Você poderia nos contar como ocorreu o despertar da filosofia em sua vida e discorrer sobre sua trajetória acadêmica?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Eu que agradeço o convite para esta entrevista. Muito obrigada. Bom, o despertar da filosofia na minha vida aconteceu na adolescência e por várias frentes. Pelo curso de formação política que eu frequentava, oferecido pelo Partido dos Trabalhadores à comunidade, em que tive aulas sobre Marx, Hobbes, Rousseau, Locke etc. Pela leitura da Folha "Ilustrada", em que, por exemplo, certa vez li uma entrevista da filósofa e professora atualmente da Unifesp Olgária Matos falando sobre a perspectiva da Filosofia acerca da "consciência e da morte", que me marcou muito. Até então eu acreditava que estas investigações eram apenas do âmbito da ciência. Mas, acredito que o despertar mesmo veio principalmente pela literatura brasileira. Foi a literatura que me fez comprar meu primeiro livro de filosofia: *Os ensaios*, de Montaigne. Eu sempre li muita literatura, Machado de Assis, Lima Barreto, Zélia Gatai, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, adorava literatura, e aos 15 anos li *O Amanuense Belmiro*, do Cyro dos Anjos. Livro belíssimo, de muita densidade psicológica, reflexivo e sentimental, que conta a história de um funcionário público angustiado e frustrado. A narrativa, em primeira pessoa, se dá por meio de um diário escrito pelo protagonista, interiorano, entre o natal de 1934 e o início de 1936 na capital, Belo Horizonte, em que ele narra diversos momentos da sua vida por meio, principalmente, de datas específicas como Natal, Carnaval, Finados, à medida que descreve as questões políticas

e sociais do contexto, e, suas lembranças e suas experiências,. A certa altura do livro ele rememora Montaigne e o cita: "A alma descarrega suas paixões sobre objetos falsos, quando lhe faltam os verdadeiros (...) Parece que, abalada e comovida, se perde em si mesma se não lhe damos presa; cumpre fornecer-lhe sempre objeto em que possa aplicar-se e atuar." E, explica a passagem: "Com efeito, devemos sempre ter à mão um sapato velho para o serviço da alma. Graças a ele, aqui estou calmo a escrever estas linhas, em que vai toda a história de mais um Natal que passa". Essa citação de Montaigne me tocou profundamente. Acredito que pelo contexto da obra e também pelo contexto um pouco melancólico da minha adolescência, devido aos problemas econômicos, políticos e sociais do país na época, essa passagem me trouxe uma chave muito simples de vivenciar o mundo: é preciso ter uma pretensão de verdade e elementos para refletir com autonomia, rigor e sofisticação nossa condição própria no mundo. Descobri que a Filosofia se dedicava a isso e quis ir a fundo nessa jornada. Ingressei na graduação em Filosofia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), e lá também realizei meu mestrado. Passei a lecionar Filosofia no ensino básico e superior desde então e concluí minha tese de doutorado em Filosofia na Unifesp. Atualmente realizo estágio pós-doutoral também no Departamento de Filosofia da Unifesp. Quando adentrei a filosofia eu tinha um problema que me interessava muito e que era motivado pelas minhas impressões e convicções políticas alinhadas à esquerda: qual é o sujeito que é capaz de fazer revolução e transformar sua própria realidade e a do mundo a sua volta? Quais qualidades ele precisa ter? O que afinal é o "homem"? Quais suas possibilidades e limites? É possível, de fato, um mundo mais justo, com igualdade e equidade? Disso, ao contrário do que eu acreditava que aconteceria, que seria estudar os filósofos *stricto sensu* da filosofia política, me aprofundi em questões epistemológicas e ontológicas por meio da Fenomenologia e da Filosofia Francesa Contemporânea, especificamente a do Merleau-Ponty, e agora a da Simone de Beauvoir, e mantive em paralelo, sempre, a leitura de clássicos como Descartes e Kant, bem como de textos políticos e de problemas contemporâneos dos mais diversos, entre eles os que envolvem, sindicalismo, anarquismo, feminismo, a ética informacional e animal. Tenho artigos e um livro na área da Filosofia e outros textos e produções diversas sobre estes temas.

Ensaios Filosóficos: Em *Corpo e consciência: Merleau-Ponty, crítico de Descartes*, livro lançado a partir da sua dissertação, você aborda a concepção de corpo em Merleau-Ponty confrontando o dualismo cartesiano, de modo que o corpo não seria deslocado da consciência, como duas instâncias separadas que se unem como exteriores, mas antes uma afirmação

constante de sua existência. Você pode explicar melhor como Merleau-Ponty entende o corpo como sendo uma experiência não redutível a si mesmo, mas em comunicação com o mundo?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Merleau-Ponty quer redefinir o paradigma clássico da consciência. Este é o desafio da sua filosofia. Ele promove nela, de início, em seus escritos dos anos 40, uma reabilitação ontológica da ideia de corpo, e posteriormente, nos escritos intermediários dos anos 50 e finais, uma reabilitação ontológica da ideia de sensível. Para isso, ele trabalha com uma ideia de reflexão radical como alternativa ao conceito de reflexão idealista e fornece um sentido existencial ao pensamento transcendental. Por esta via é possível compreender sua ideia original, a ideia de corpo. Por meio de uma série de objeções a *res cogitans* e ao internalismo psíquico cartesiano, sua tentativa é livrar o sujeito partido da tradição - constituído por um predicado mental e outro extensional - da incomunicabilidade com o mundo exterior, fazendo do corpo abertura para o mundo. A autoridade concedida por Descartes ao espírito enuncia-se diferente na proposta merleau-pontiana, quer dizer, como sendo uma constante transformação real ou mesmo um nada, mas em hipótese alguma é ideia ou representação, em sentido racionalista e intelectualista. A consciência para Merleau-Ponty, é consciência perceptiva, sempre de alguma coisa “ali”, um acontecimento corporal. Para ele, “a consciência é o ser para coisa por intermédio do corpo”. Em seus escritos iniciais, a consciência não é um eu penso, mas um eu posso, e, dessa maneira, ela não está dividida entre uma produção cultural e histórica, por um lado, e, natural, do outro, mas antes, ela conjuga ambas as situações. Por isso, o dualismo substancial cartesiano, a díade espírito/corpo, tome forma em seu contexto fenomenológico, a rigor, num primeiro momento, como um entrelaçamento entre consciência perceptiva e ato de conhecimento; o corpo próprio é germe de uma conformação existencial originária que constitui espírito e corpo mutuamente. Desse modo, o que o pensamento de Merleau-Ponty culmina em evidenciar é uma relação solidária entre corpo e mundo como um parentesco percebido que suscita o postulado pela diferença, ao invés da identidade e da representação, pois a relação entre corpos (nem sempre visíveis) produz os termos da própria relação a todo o momento. Em nota no seu último escrito, publicado postumamente, *O Visível e o Invisível*, Merleau-Ponty argumenta que sendo o para si e para outrem dois lados de uma mesma coisa, estes estão incorporados um no outro. Por esta via, o que será descrito, posteriormente, como corpo carne na obra de Merleau-Ponty, e que tratei mais profundamente na minha tese de doutorado, é efetivamente o ponto de partida para uma perspectiva concreta acerca do mundo, antes suprimida pelas abstrações ficcionais da tradição e de seu resíduo conceitual, oriundas da tentativa clássica transcendental de

neutralizar a contingência e a percepção. Com isso, de acordo com Merleau-Ponty, a reflexão é sempre dada para si mesma em uma experiência, ela sempre brota sem saber ela mesma de onde brota. A reflexão não é absolutamente transparente para si mesma. Para ele, inclusive, seria sobre a ideia de legitimidade da reflexão e sobre seu estatuto ontológico que a filosofia da existência deveria empreender seus esforços.

Ensaios Filosóficos: Seu engajamento extrapola os limites da academia e se expande na militância em outras frentes, como no debate sobre ética animal, anarquismo e feminismo. Entendemos que o momento pelo qual atravessamos se revela ao mesmo tempo como causa e efeito das condições políticas as quais o capitalismo desenfreado se apresenta de diferentes maneiras, mas que são convergentes do ponto de vista dos impactos causados, especialmente sobre os mais vulneráveis. É possível pensar de que maneira essas frentes se cruzam e colaboram entre si do ponto de vista de uma filosofia que compreende o corpo como sujeito instituinte no mundo, como experiência ontológica?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Eu acredito que estas frentes se cruzam; no meu campo de atuação o engajamento tem um sentido filosófico. De um ponto de vista fenomenológico, esta ideia de corpo denuncia a eminência da “expressão” de uma “abertura” concreta que tradicionalmente foi ofuscada por abstrações forjadas pelo idealismo e pelo intelectualismo e que nos fizeram sedimentar um único campo no qual podemos nos reconhecer, enquanto um eu absoluto e universal, entretanto, tributário apenas de uma natureza também absoluta e universal. E o problema é: que natureza é esta? Desta sedimentação, provém o sentido negativo e problemático da experiência enquanto uma “situação”, no sentido fenomenológico. Quem, afinal, é o sujeito - de direito - que experiencia o mundo? Como diz Merleau-Ponty a respeito das *Meditações* de Descartes: quem é o eu que medita? Quem de fato participa da sociedade e pode modificá-la? Quem é o sujeito do conhecimento e sobre qual indivíduo falamos quando enunciamos uma tese sobre o mundo? Me parece que a resposta a estas questões passa tanto pela perda de privilégios ontológicos e epistemológicos, como pela perda de direitos em um sentido mais concreto, ético. Em que medida, a crise da sociedade que produz os vulneráveis, é a crise do que se considera humano ou de quem é o humano? Qual a relação possível entre as funções das instituições pré-moldadas e da vida autêntica? No atual estágio do capitalismo, é possível ver, ser produzida, uma população que não vai ser absorvida pelo trabalho e que precisa ser gerida. São as centenas de pessoas em situação de rua, os corpos não identificados nos necrotérios, os corpos mal ou não armazenados nos cemitérios. Também são mortos bilhões de animais não-humanos para o consumo. Como são

estrangeiros os números da aniquilação promovida contra a expressão do feminino como um todo. Disso, emerge o que podemos chamar de “necroestado”, estado de organização da morte, em que expressiva parcela da população não é reconhecida enquanto sujeito, onde se gere a sobrevivência e o que, por sua vez, é produzido por ela. É possível inferir que, por trás desta racionalidade neoliberal, existe uma orientação do uso dos tradicionais dispositivos coloniais germinados pelo liberalismo, enquanto ele próprio, um projeto colonial, que expressam um duplo problema: a colonização dos territórios e a colonização dos corpos. E, o que me interessa, e acredito que seja fundamental pensar hoje, aquém de atentar para a problemática da racionalidade neoliberal como forma de sujeição, é desmembrar um pouco do que foi feito deste “outro”. Por isso, a importância da corroboração destas várias frentes de estudos e engajamento. Se existe um desejo de construção de uma democracia direta, ele deve fazer oposição direta ao necroestado, que gerencia a morte do outro, em que parcela significativa da população, o não branco, não tem nenhuma condição de sujeito, nenhum direito de cidadania e humanidade. A estrutura pela qual habitualmente pensamos o mundo está ainda em conformidade ao patriarcado, ao racismo estrutural - que sustenta a racionalidade capitalista levada a cabo no neoliberalismo -, ao sistema sexo-gênero, a díade especista seres humanos e animais. Foram bem sucedidos os dispositivos coloniais que fazem com que tudo se refira ao branco, e diante disso, a negação do outro passa a ser estruturante para a sobrevivência do Um. Então, devemos problematizar, quem está incluído e quem está excluído das instituições? Quem é tomado como sujeito por elas? Quem participa efetivamente delas? Quem a construiu e tem responsabilidade sobre elas? Quais formas de vida contemplamos e estão contempladas? Do que depende a autonomia e identidade de um sujeito? E, por fim, de que corpo falamos ou podemos falar? Parece que há algo ainda mais profundo e perverso na racionalidade neoliberal, que se não desvelado não nos garante nada de concreto, e ficaremos na ordem do espanto, sistematicamente. Então, talvez, para que compreendamos a “crise da razão”, e possamos superá-la, é necessário enxergar o Outro que não é outro como eu.

Ensaios Filosóficos: Como professora tanto na rede básica quanto no ensino superior os desafios que se apresentam encontram consonâncias e também afastamentos. Você acredita que uma perspectiva de ensino libertária, reforçando a autonomia do estudante, e tendo o professor como cooperador nas práticas que visem à transformação, ou como Silvio Gallo

chama em *Deleuze e a Educação*, professor-militante, seja uma via possível em qualquer esfera de ensino?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Sim, acredito, acho isso muito importante. Pouco a pouco estamos vendo a sedimentação, no lugar de uma concepção de educação popular, da educação como aparelho reprodutor das relações sociais vigentes. O paradigma cada vez mais predominante é o da educação como aparelho ideológico do Estado. E não se formam indivíduos livres, autônomos e solidários por meio de métodos autoritários e de controle. A liberdade, me parece, assim como pensam os anarquistas e a pedagogia libertária, é construída socialmente e conquistada nas lutas sociais. Acredito que a luta pela presença da filosofia e pelo ensino de filosofia, pelo reconhecimento da função social da escola e seu imbricamento com a comunidade, pela conquista histórica da escola pública, é parte da luta ainda, necessária, pela redemocratização do Brasil, ainda tributário dos anos de regime de exceção, como também da luta em defesa da educação, com vistas à transformação da realidade e não só como reprodução do sistema vigente. Acredito que o processo de ensino-aprendizagem deve, em qualquer esfera, básica ou superior, orientar-se pela crítica às estruturas de dominação e estar engajado na formação de pessoas capazes de atuarem como críticos e sujeitos ativos pela transformação das suas vidas e do meio social, além de indivíduos profundamente comprometidos com os oprimidos, marginalizados, com o “outro”. Para isso, o professor não pode ser apenas profeta, deve ser, sem dúvida, militante. No sentido de outra grande contribuição do anarquismo enquanto uma doutrina ética: toda estratégia deve ser coerente com seu fim; toda perspectiva de emancipação efetiva deve ser individual e coletiva; assim como, é importante a prática da autorresponsabilidade contra as opressões e da responsabilidade coletiva. Em outras palavras, porque abriríamos mão de uma concepção de educação que tenha como objetivo principal a formação de cidadãos universais e que seja um subsídio referencial de dignidade humana, e de desenvolvimento dos valores da autonomia individual e social, para além da vida privada do cidadão, em prol de formar apenas pessoas convenientes para o mercado? Por que não capacitar os indivíduos para raciocinar de forma complexa e profunda a respeito de todas as coisas do mundo, sem restringir-se, apenas aos aspectos técnicos dos problemas? Acredito que essa discussão seja muito pertinente pois, a vida democrática que almejamos, requer alguns alicerces. No modelo tecnicista os alunos guardam passivamente os conteúdos que são ministrados por seus professores, não se supõe que existe um trabalho em conjunto para resolver as interrogações colocadas na sala de aula. Tenho concordância com o diagnóstico da filósofa estadunidense Martha Nussbaum, em *Sem*

fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades. Neste livro, ela explica que, nesse atual sistema, o que se deseja aquém da aprendizagem é que posteriormente os estudantes funcionem como operários disciplinados e obedientes, sem capacidade de raciocínio crítico, destinados a executar exclusivamente as tarefas que lhe são encomendadas segundo os interesses do capital e das empresas. O que, por sua vez gera, um modelo de crescimento econômico desconectado da igualdade distributiva e social, de uma democracia estável e de boa qualidade. Dando um passo além, pensemos: como, por exemplo, é possível tanto formar um indivíduo para a vida democrática, como um bom profissional sem discutir relações raciais e de gênero? O propósito da visão tecnocrática e privatista é a de que o estudante formado atenda apenas a este novo modelo de “mercado” que não requer no currículo as ciências humanas e as artes como disciplinas necessárias. Mas, podemos nos perguntar, que tipo de profissional pode ser bem sucedido tendo tantas habilidades restringidas? A metodologia da filosofia, por exemplo, por excelência, questionadora e dialogal, garante o exercício permanente e profundo da argumentação que serve de experiência viva e concreta para a internalização de uma postura democrática e “civilizada”. O que temos então a perder com a permanência dela nas grades curriculares que almejam a formação tanto do bom indivíduo, como de um profissional de excelência?

Ensaios Filosóficos: A relação entre mulher e filosofia tanto do ponto de vista epistemológico quanto do ponto de vista empírico tem sido marcada pelo apagamento. Michelle Perrot, em *Minha história das mulheres*, assim como Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, revela como a mulher no mundo é marcada pela ausência, pela alienação. E isto a partir de uma perspectiva que considera majoritariamente um tipo específico de mulher, com recorte de classe, raça e gênero. Em sua pesquisa de Pós-doutorado você aborda as noções de alteridade e liberdade em Simone de Beauvoir, quanto você percebe que o apagamento das mulheres ao longo da história, em geral, e da história da filosofia, em particular, contribui para uma desumanização que se apresenta hoje pelas incontáveis violências que ainda as acometem?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Percebo que contribuiu muito! Pela tradição filosófica o que se compreende positivamente como humano se equivale ao compreendido como homem, e este homem possui um caráter específico na sua pretensão de universalidade. Como bem aponta Michelè Le Doeuff – que é uma filósofa francesa feminista que atualmente eu também trabalho – este homem é aquele que tem voz, que discursa racionalmente. Em última

instância, isto significa que a mulher é o negativo de tudo aquilo que é posto positivamente pela razão, ou seja, pelo homem, que por sua vez, se afirma como o universo do humano, como ordem, como cosmos etc. E, essa condição em que se encontra a mulher é construída internamente pela filosofia, por seu construto conceitual. A tragédia disso tudo é que se a mulher não aparece diretamente na história da filosofia e não participa do seu movimento, e se aparece, quase sempre, não é a concretude da mulher, ela não está submetida a crítica! O apagamento é total, ela é uma mera abstração. Devido a isso, o campo da mulher, do feminino, acaba sendo o campo imagético como diz Le Doeuff, e não o logos da razão absoluta, uma vez que este logos constitui um universal que exclusivamente humaniza o homem, enquanto a mulher permanece imersa no âmbito da falta de um pretense absoluto, na verdade, abstrato. Isto compromete, e muito, inclusive, a legitimidade da filosofia empreendida pela tradição e infelizmente ratifica a violência contra a mulher. Por isso, o *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, é tão importante. Ali, Simone de Beauvoir elabora uma crítica extremamente sofisticada à ideia essencialista sobre o que é ser mulher. É bom lembrar que, sua questão não é responder a indagação a respeito do real estatuto ontológico da mulher, ou o que ela é, seu projeto, antes, é uma proposta ética, que visa reiterar a análise do lugar de opressão da mulher, justamente contra este humanismo seletivo. Segundo Beauvoir, a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano, e a situação em que se aloca a mulher é a de que, desde que se realiza como Outro, ela é o outro inessencial, a alteridade é negada. Por isso, abrir mão de toda essa abstração construída, tanto pela filosofia, como pela ciência, agora em favor da “situação” concreta, significa eleger as relações entre humanos e as opressões expressas por estas relações como algo que de fato pode conferir sentido a um discurso acerca da humanidade. Para Beauvoir, por esta via é fundamental a elaboração de um projeto ético e a perspectiva de construção coletiva da sociedade. Para ela, as individualistas, que tentam justificar sua existência no seio da sua imanência, realizam apenas a transcendência na imanência. Para que haja uma relação autêntica de reciprocidade entre homem e mulher, e a superação de toda esta condição indevida, é necessário que a mulher deixe de ser reconhecida como o Outro, e para isso, é indispensável que ela se coloque também como Um. Assim, como é fundamental, que a ela seja garantida a liberdade, para que, enfim como sujeito, ela possa retornar ao concreto e se indagar: o que posso me tornar? Sem que seja necessário enfrentar a questão abstrata: o que é uma mulher? Pois, a liberdade, não é absoluta. Nesse sentido, o apagamento das mulheres ao longo da história, em geral, e da história da filosofia, em particular, é reflexo deste lugar injustificável dado a ela, à medida que é também resultante dele. Este movimento, é

constitutivo dessa desumanização, que, evidentemente ganha dimensões ainda mais terríveis quando fazemos o recorte, ao meu ver, crucial, de classe, raça e gênero.

Ensaios Filosóficos: Nos últimos anos o Brasil e o mundo têm sido palco para a ascensão de ideias contrárias aos avanços de pautas minoritárias. Como você enxerga o papel da filosofia diante desse cenário, considerando os recentes ataques dirigidos às disciplinas de humanidades?

Eloisa Benvenuti de Andrade: Estes ataques sempre existiram... E, pela análise deles, acredito que seja possível compreender e reiterar o papel fundamental da Filosofia e do ensino de filosofia na sociedade. Principalmente se almejamos a cidadania irrestrita. Marilena Chauí tem um texto interessantíssimo que se chama *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática*. Neste texto ela lembra que as relações dos filósofos com o Estado sempre foram conflituosas (cita a morte de Sócrates, a condenação de Giordano Bruno, a censura da Enciclopédia etc.) e ela enfatiza que este conflito se aguça ainda mais (numa referência ao ano de 1969 no Brasil, portanto o contexto da ditadura militar e a implementação do AI-5) quando fazer filosofia é algo determinado pelo próprio Estado. Acredito que vale muito analisar o que isso quer dizer. A filosofia é retirada, definitivamente, do currículo escolar secundário no Brasil em 1971. O pano de fundo dessa empreitada, conduzida pelos militares, era o desejo de que a formação dos trabalhadores fosse voltada a fim de exercer suas funções empregatícias no processo produtivo. Esse modelo educacional que já me referi anteriormente, conhecido como ensino tecnicista, contribuiu, como atenta Chauí, para o empobrecimento da formação cultural da juventude, a diminuição da capacidade e visão global dos problemas, e constituiu-se numa das maiores limitações do nosso sistema educacional. Nas palavras da Marilena Chauí, neste texto, isto roubou dos estudantes, o direito de serem sujeitos de seu próprio discurso, lhes roubaram o pensamento e a palavra, a região expressiva da linguagem, obrigando-os à dimensão binária e puramente indicativa/denotativa das palavras. Isto resulta que, o pensamento dos estudantes “fica paralisado e sua voz, embargada”. Concordo com ela. Sabemos que a ausência de uma concepção humanista que garante inferir a importância da diferença com os “outros”, ausência requerida pelo ensino tecnicista, nos condena a conceber um mundo estreito, exclusivamente voltado para o mercado, onde o restante dos indivíduos são percebidos como entes inanimados, dos quais se pode se beneficiar a vontade. E, neste cenário, qualquer anseio político, social, organizativo da sociedade, que se baseie na dignidade, na alteridade, na capacidade de perceber os outros como sujeitos e não como simples objetos, está fadado ao fracasso. Como enfatiza a filósofa Martha Nussbaum, a quem

já me referi, sem a conformação de uma totalidade institucional rica, quer dizer, que garanta experiências e convívio com as diferenças, bem como a ocasião para uma reflexão sofisticada, os indivíduos, e principalmente os estudantes, ficam reféns do peso desta tradição e, nas palavras dela, “do prestígio cultural de um orador privilegiado”. Nesse sentido, acredito que já podemos perceber a importância do tipo de debate que a filosofia traz para as escolas e para as universidades; ele supera a perspectiva de que a educação deve estar colocada exclusivamente a serviço do crescimento econômico e quantitativo que nos condena a reprodução do mais do mesmo. A filosofia contribui efetivamente para o desenvolvimento de um olhar abrangente e pluralista. Se não temos como formar pessoas que resistam permanentemente a todas as formas de autoritarismo e discriminação, isto não quer dizer que é necessário abrir mão da possibilidade de criar uma cultura social mais democrática e solidária. Tanto a escola como a universidade, podem desenvolver a capacidade dos alunos de observar o mundo desde o ponto de vista dos outros, das pessoas que foram historicamente coisificadas e tratadas como meros objetos. Acredito que a autonomia discursiva, fundamental para qualquer anseio de participação democrática na sociedade, e que o ensino de filosofia proporciona, é um elemento precioso para se conceber o papel fundamental dela. Sua proposta de um saber bem fundamentado, amparado em demonstrações racionais consistentes, evidentemente, impede a aceitação de “mitos” que nos levam a ruína e a mediocridade (e não digo mito à toa). O exercício do filosofar dilui a uniformidade e a massificação da forma como os fatos são tratados, ele busca expressar a multiplicidade de valores existentes, até então subjulgados pelos poderes dominantes e pela hierarquia coercitiva a que estamos submetidos. Ele auxilia a admitir a existência de um campo de multiplicidades de classe, raça, gênero, verdade e poder e na edificação de uma sociedade, que pode ser livre e autônoma. Imersos no processo do filosofar e também na atitude crítica diante das estruturas sociais, que o ensino das humanidades no geral nos traz, é possível ao estudante, e ao sujeito em geral, se reconhecer como fruto de uma história social que o faz humano, que o moldou e que o coloca como porta-voz de um indivíduo particular que se propõe geral – social - se opondo ao homem objetivo – tecnicista. Homem que tem na propagação da verdade um espírito de revolta, mas que, no entanto, é uma revolta conformada, que permite a crítica ao status quo, mas à luz de uma concepção privada e não pública, nem coletiva. Me refiro a esse tipo de indivíduo, cada vez mais ensimesmado, distópico, apático, que não articula sua complexa capacidade de comunicação, este homem objetivo, tão caro a concepção tecnicista que quer discutir a utilidade do pensamento reflexivo – filosófico - ou quem é ou não capaz de refletir, ou quem pode ou não fazê-lo, discussão essa, elitista, que se confunde com a importância ou não da

presença da filosofia nas grades curriculares. Diga-se de passagem, após a ditadura militar, as consequências para a educação foram tão profundas que levou exatos 23 anos para a Filosofia retornar ao currículo obrigatório. Havia uma preocupação com esse retorno, expressada enquanto dúvida acerca da capacidade dos alunos na compreensão do estudo filosófico. Dúvida que encontrava respaldo tanto entre setores conservadores, como progressistas. Dilema absurdo na minha concepção. Em última instância, acredito, selecionar quem pode ou quem é capaz de pensar de forma complexa, radical, rigorosa e crítica, desde a infância e juventude, é, de fato, selecionar quem será o humano e quem será coisa.